



Projeto: Relatos de Uma Pandemia

Observatório da Integração Econômica da América do Sul (OBIESUR)

O Brasil e o mundo: impactos do governo Bolsonaro e da Covid-19

Camila Caresia Wexell Severo¹

Carla Paulino da Costa Feres²

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é apresentar, de maneira resumida, as relações do Brasil com o mundo entre 2003-2020. Para tanto, se busca interpretar o impacto dos diferentes governos do século XXI, com ênfase no de Bolsonaro, e nos desdobramentos do avanço da Covid-19. Além disso, será exposto um breve panorama do processo de aproximação diplomática e comercial do Brasil com os seus principais parceiros comerciais. No primeiro plano serão avaliados os países que compõe a agenda prioritária atual do Itamaraty: a União Europeia e os Estados Unidos. Posteriormente, pretende-se reforçar a importância do histórico das relações do Brasil com a América do Sul (em especial a Argentina) e com a China.

PALAVRAS-CHAVE: Covid-19; China; Integração sul-americana; Bolsonaro

¹ Economista. Mestranda no PPGICAL pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista DS/UNILA. Pesquisadora do OBIESUR. <camila.caresia@gmail.com>.

² Graduanda em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Pesquisadora do NIEEGI e do OBIESUR. <carlapaulinoferes12@gmail.com>

1- Introdução

Os processos contemporâneos de aceleração das transformações conjunturais e estruturais implicam em significativos desafios em termos de desenvolvimento e soberania para os Estados Nacionais periféricos (PUIG, 1986; JAGUARIBE, 1975). Nesse sentido, argumenta-se que a disseminação da Covid-19 e as profundas mudanças na política externa brasileira a partir de 2019, durante o governo de Jair Bolsonaro, sugerem uma revisão das relações do Brasil com o mundo. O caminho tão dicotômico optado recentemente pelo Itamaraty impulsionou a reunião entre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, os ex-ministros Aloysio Nunes Ferreira, Celso Amorim, Celso Lafer, Francisco Rezek, José Serra e Rubens Ricupero; e Hussein Kalout, ex-secretário especial de Assuntos Estratégicos da Presidência. A elaboração conjunta de um artigo para o jornal Folha de São Paulo desenha a seriedade do momento. Mesmo com diferenças políticas, convergiram pela necessidade urgente da reconstrução da política exterior brasileira:

A diplomacia brasileira, reconhecida como força de moderação e equilíbrio a serviço da construção de consensos, converteu-se em coadjuvante subalterna do mais agressivo unilateralismo. Na América Latina, de indutores do processo de integração, passamos a apoiar aventuras intervencionistas, cedendo terreno a potências extrarregionais [...] A anti-diplomacia atual afasta o país de seus objetos estratégicos, ao hostilizar nações essenciais para a própria implementação da agenda econômica do governo. [...] O sectarismo dos ataques inexplicáveis à China e à Organização mundial de Saúde, somado ao desrespeito à ciência e a insensibilidade às vidas humanas demonstradas pelo presidente da República, tornaram o governo objeto de escárnio e repulsa nacional (FOLHA, 2020).

Para tanto, será apresentado um breve panorama sobre as relações diplomáticas e comerciais do Brasil com seus principais parceiros entre 2003-2020, com intuito de demonstrar a importância esquecida pelo governo atual das suas relações consolidadas anteriormente, principalmente com a América do Sul e a China. A relevância de identificar os parceiros estratégicos nesse cenário é chave para articular as estratégias para a saída da crise atual.

2- Prioridades atuais: Estados Unidos e União Europeia

A política externa do Brasil é, segundo o próprio governo, de alinhamento automático com os Estados Unidos. O país vem adotando, desde o ano passado, uma série de medidas neste sentido. Como exemplo, pode-se citar a implementação de cotas de

importação sem tarifas e, também a pedido dos Estados Unidos, a saída da lista de países com tratamento diferenciado da Organização Mundial do Comércio (OMC), supostamente em troca do apoio à adesão rápida do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que não aconteceu. Além disso, o Brasil, politicamente, têm se posicionado na linha estadunidense, contrariando o histórico da diplomacia brasileira. Pela primeira vez o país votou, na Organização das Nações Unidas (ONU), pela aplicação do embargo unilateral contra Cuba. No caso da Venezuela, afirma a inexistência de democracia, e, sobretudo, defende a necessidade de intervenções na região (DIAS, 2019).

Brasília também se empenhou no objetivo de assinar um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA)³, que poderia facilitar o acesso de produtos industriais da Europa no Mercosul e, em menor escala, de produtos agrícolas do bloco nos países da União Europeia. Diz-se em menor escala porque o setor agrícola europeu é prioritariamente protegido por subsídios, o que seguirá acontecendo, e não por tarifas. De acordo com o atual ministro das Relações Exteriores, o Itamaraty também pretende avançar nas negociações bilaterais com Canadá, Coreia do Sul, Singapura, Japão, Índia, Estados Unidos e Israel⁴ (ARAÚJO, 2020, p.4).

Para os países desenvolvidos, a abertura de novos mercados também significa uma válvula de escape para sair de crises econômicas. No caso da América do Sul, o movimento de ratificar Tratados de Livre Comércio (TLCs) afasta cada vez mais a possibilidade de utilizar a integração regional como agente amenizador das assimetrias e impulsionador do desenvolvimento econômico. Caso prevaleçam as atuais condições, a tendência é o aceleração da desindustrialização das economias regionais, tornando-as cada vez mais dependentes do Centro. Dessa forma, os países do Mercosul poderiam se tornar a “nova Aliança do Pacífico”, destinados a ser “absorvidos como simples periferias de outros grandes blocos, sem direito à participação efetiva na condução dos destinos

³ O esforço de aprofundar as relações bilaterais em detrimento dos acordos regionais existentes já estava previsto no plano de governo “Caminho da Prosperidade” (2018, p.79) do atual presidente.

⁴ A aproximação com Israel foi impulsionada em grande parte para satisfazer uma parcela da comunidade evangélica e uma tentativa de estabelecer uma simetria com o posicionamento do aliado norte-americano. Vale sublinhar que o Governo anterior estabeleceu fortes laços comerciais e diplomáticos com os Países Árabes.

econômicos e políticos desses blocos, os quais são definidos pelos países que se encontram em seu centro” (GUIMARÃES, 2008, p. 60).

No caso das relações comerciais com os Estados Unidos, apesar do discurso entusiasta de Brasília, manteve-se o déficit em 2019. E em 2020, somente de janeiro a abril, esse saldo negativo chegou a US\$ 3,02 bilhões. Caso a tendência se mantenha, o Brasil poderá registrar este ano o maior déficit já contabilizado com a economia estadunidense em toda a história do comércio exterior brasileiro. As vendas para os Estados Unidos até abril deste ano caíram 24,1% quando comparadas ao mesmo período de 2019, alcançando 10,4% das exportações brasileiras totais (eram 12% em 2014 e 22% em 2003). Por sua parte, as importações cresceram 11,9%, alcançando 18% do total (eram 15,3% em 2014 e 19,8% em 2003). Com relação às vendas brasileiras, cerca de 40% da pauta está concentrada nos capítulos 27, 72 e 84 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Os códigos significam: SH2 27 - combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais; SH2 72 - ferro fundido, ferro e aço; e SH2 84 - reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes. Já as importações estão ainda mais concentradas, com 56% nos capítulos 27 e 84 (COMEXSTAT, 2020). A política de alinhamento, portanto, tem levado o Brasil a seguir o programa político dos Estados Unidos, colocando os próprios interesses em segundo plano.

Com a União Europeia, o Brasil teve superávit nos últimos três anos. Mas este resultado não foi fruto de uma expansão comercial. Pelo contrário, entre 2013 e 2019, as exportações brasileiras para o bloco europeu caíram 24,8% e as importações, 34,2%. Ou seja, o saldo positivo ocorreu porque as importações diminuíram, em função da recessão brasileira. A União Europeia, que havia recebido 25,7% das vendas brasileiras totais em 2003, encerrou 2019 representando 15,9%. No período, as compras do Brasil com origem no bloco europeu passaram de 27% para 18,2% do total (COMEXSTAT, 2020). Mais de 30% das exportações brasileiras para a União Europeia se concentram em seis produtos: resíduos de óleo de soja para a alimentação animal; café não torrado, não descafeinado, em grão; celulose de eucalipto; minério de ferro; soja em grãos; e óleos brutos de petróleo. Já a importação é mais de 90% concentrada em produtos industrializados, com destaque para medicamentos para medicina humana e veterinária (11,7%); demais produtos manufaturados (7%); compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas (composições químicas usadas principalmente no desenvolvimento de medicamentos) (3,5%).

É relevante destacar que nessas relações, que são tão caras para o governo atual, o Brasil se posiciona de maneira subordinada. Há visível diferença em comparação com o cenário anterior, dos anos 2000, marcado por ressalvas às políticas de liberalização econômica e aos acordos de livre-comércio, conforme observado na IV Cúpula das Américas de 2005. Na ocasião, Argentina, Brasil, Venezuela, Uruguai e Paraguai colocaram fim à proposta da ALCA. No caso das relações atuais com os Estados Unidos, o Brasil concorda em permitir crescente abertura econômica sem contrapartidas à altura. Os resultados têm sido desastrosos e os déficits, crescentes. Com nenhum outro grande sócio do país há quedas de exportação tão significativas, ainda que essa redução seja explicada, em parte, pelo declínio nos preços do petróleo. Já nas relações com a União Européia, o superávit comemorado vem da redução da corrente comercial. Ao mesmo tempo, os avanços que ocorreram em relação aos acordos com o bloco europeu seguem o caminho oposto à altivez.

3- A importância da China para o Brasil no Século XXI

A multipolaridade do Sistema Internacional no começo do século XXI permitiu que o Brasil realizasse avanços ambiciosos na agenda do Itamaraty⁵. Nesse sentido, a relação com a Ásia, a África e os Países Árabes foi muito além do aumento das relações comerciais. Primeiramente, a realização do Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), em 2003, e logo a criação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), em 2009. Naquele cenário, as economias daqueles países apresentavam altos índices de crescimento. Dessa forma, abriu-se uma janela de oportunidade para o Brasil alçar um papel de destaque e se projetar no Sistema Internacional, a partir da articulação de uma agenda sul-sul, no âmbito financeiro, comercial⁶ e diplomático (BAUMANN, 2015, p. 25).

A China, a partir desse contexto, desbancou os Estados Unidos, tornando-se, nos últimos anos, o principal sócio comercial do Brasil. Em 2003, 6,2% das exportações totais

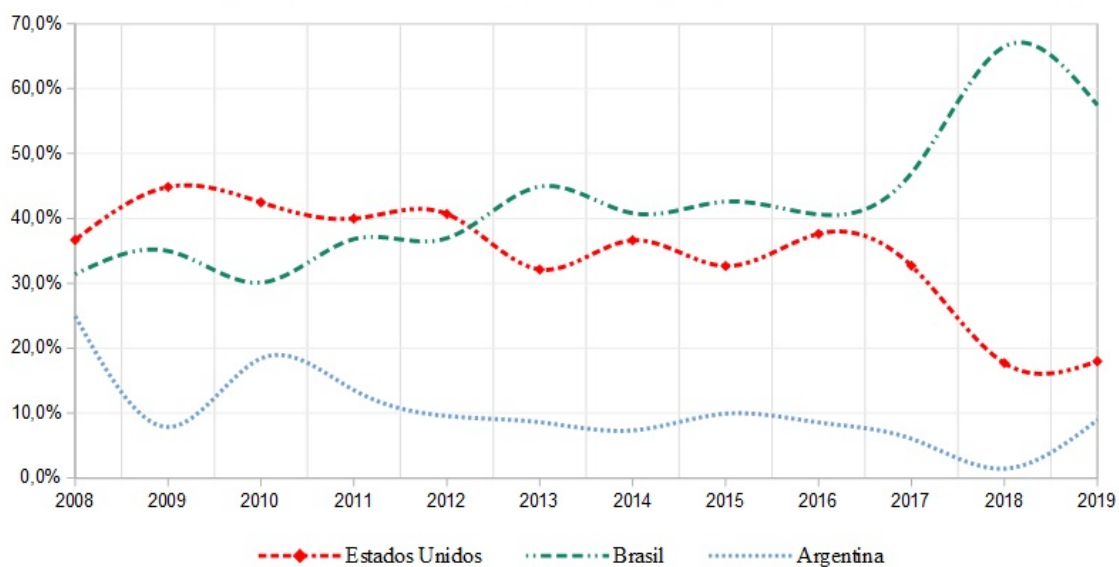
⁵ O objetivo era “ampliar a geografia das relações externas do Brasil, atualizando o conteúdo de nossa vocação universalista; e adotar uma postura firme e ativa nas negociações multilaterais, inclusive regionais, com vistas a assegurar um espaço regulatório internacional justo e equilibrado. Subjacente a essas prioridades está o imperativo de preservar a nossa capacidade soberana de definir o modelo de desenvolvimento que desejamos para o País.” (AMORIM, 2005)

⁶ O Brasil foi superavitário no comércio com todos entre 2005-2014, exceto com a Índia. (BAUMANN, 2015, p. 32)

brasileiras iam para o país asiático e 4,4% das importações totais brasileiras vinham de lá. Em 2019, já representavam 28,1% e 19,9%, respectivamente. A China foi responsável por mais da metade do saldo comercial brasileiro nos últimos dois anos (COMEXSTAT, 2020). Os principais bens brasileiros importados pelo país são dos capítulos SH2 26 - Minérios, escórias e cinzas (29,5%); SH2 12 - representado quase em sua totalidade pela soja em grãos (29,13%); e SH2 27 - Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais (23,4%). Os três capítulos somados alcançam os 82% do total.

Observa-se no gráfico abaixo que, em 2019, houve redução de 20% nas vendas de soja para a China em relação ao ano anterior. Sem embargo, o Brasil continua sendo o maior fornecedor do país asiático (56,3% do total). Parte da redução da participação brasileira foi abastecida pela Argentina que, apesar da queda da produção de soja em 2017, voltou a crescer vertiginosamente em 2019, com expansão de 82,5%. O segundo maior provedor de soja da China, os Estados Unidos (com 18,5% do total) teve uma queda ainda mais considerável, de 50%, desde 2017 (TRADE MAP, 2020). Os intercâmbios entre os dois gigantes pode ser ainda mais abalados pelos recentes atritos.

Gráfico 1 - Importação da China de soja em grãos por parceiros entre 2008 e 2019 (%)



Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados do Trademap (2020)

A agenda diplomática brasileira com a China, em 2019, foi pouco densa e parece se tensionar com a expansão da Covid-19, devido a constantes ataques por parte do Brasil. Em março de 2020, o deputado e filho do atual presidente da República, Eduardo Bolsonaro, provocou uma crise diplomática ao responsabilizar a China pela pandemia, postura muito similar a de Donald Trump que, em diversas entrevistas, nomeou a pandemia como “vírus chinês”. Em resposta, o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, afirmou na sua conta do Twitter: “As suas palavras são um insulto maléfico contra a China e o povo chinês. Tal atitude flagrante anti-China não condiz com o seu status como deputado federal, nem a sua qualidade como uma figura pública especial. Além disso, vão ferir a relação amistosa China-Brasil” (O GLOBO, 2020).

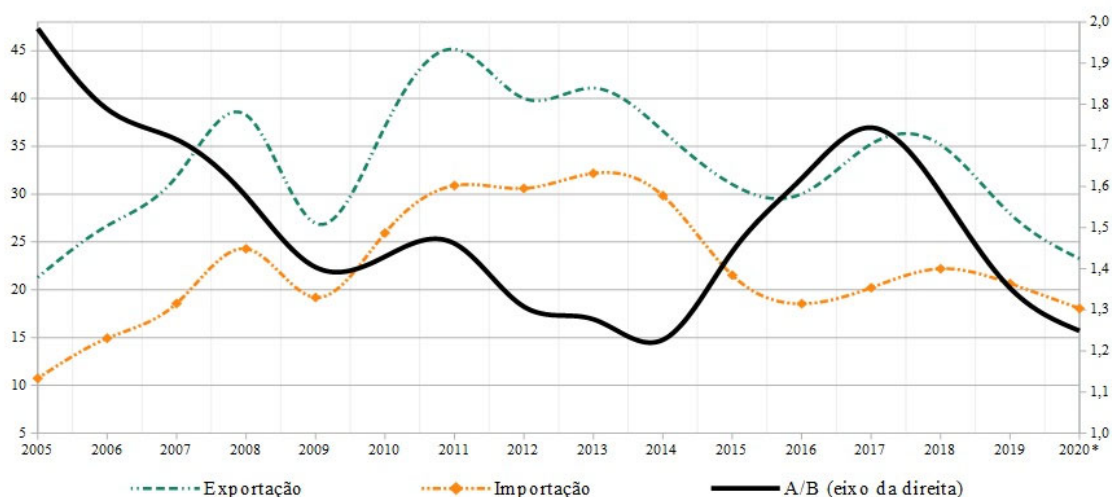
Entretanto, o cenário não dá indícios de melhoras. Em abril, o atual ministro da Educação acusou o gigante asiático de esconder informações sobre a Covid-19 do mundo, com o intuito de lucrar com leilões de equipamentos médicos. Em resposta, a embaixada afirmou que as postagens têm "cunho fortemente racista", causando "influências negativas" nas relações bilaterais entre os dois países (O GLOBO, 2020). Mais recentemente, foram divulgadas gravações de uma reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril. Entre as falas, o atual ministro Ernesto Araújo culpa a China pela pandemia e a apelidou de “comunavírus” (MEGALE, 2020).

Sem embargo, o pragmatismo comercial parece, por ora, se sobressair às relações diplomáticas. Entre janeiro e abril de 2020, a China representou 76,33% de todo o superávit brasileiro. As compras chinesas de soja voltaram a aumentar em relação ao mesmo período do ano anterior (21% até abril) e a previsão é de continuidade da expansão, devido à diminuição de medidas restritivas do país asiático. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Brasil deverá colher safra recorde de grãos, mesmo com o avanço do vírus (TOOGE, 2020). Em relação ao SH2 26, minério de ferro, também houve resultados positivos, com aumento de 24,5%. Já o SH2 27, relacionado ao petróleo cru, apresentou redução de 24,3%, relacionada com as quedas históricas do preço do barril (TRADEMAP, 2020). Além de ter um denso comércio com o Brasil, a China tem ocupado um papel importante no Sistema Internacional por acumular conhecimento sobre o comportamento do vírus, controlar a pandemia com medidas eficazes e ser responsável por uma parcela considerável da produção mundial de equipamentos de proteção individual e hospitalares (BUARQUE, 2020).

4. América do Sul: comércio e assimetrias

A integração ganhou espaço na agenda dos países sul-americanos, especialmente, durante o período entre 2003 e 2014⁷. No entanto, dependendo da estratégia dos países mais desenvolvidos da região, o comércio pode ser um mecanismo que amplie ou reduza a distância entre as economias. Sob esta perspectiva, pretende-se analisar a evolução das assimetrias comerciais entre o Brasil e a América do Sul. Por assimetrias comerciais entende-se a razão entre exportações (A) e importações (B), ou seja, A/B. Argumenta-se que a redução de assimetrias nem sempre é acompanhada por políticas de Estado integracionistas ou mesmo por ampliação das compras por parte do maior superavitário (SAMURIO; BARROS & SEVERO, 2019). Como pode-se observar no gráfico abaixo, grosso modo, há três momentos diferentes nas relações comerciais entre 2003 e 2020.

Gráfico 2 - Comércio do Brasil com a América do Sul (US\$ bilhões e assimetria)



Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados do Comex Stat (2020)

O primeiro momento ocorreu entre 2005-2014. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner, em 2003, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ganhou uma nova perspectiva, sobretudo com a ideia de que a América do Sul pudesse se tornar um polo de poder no Sistema Internacional. Era um anseio comum que o fomento à

⁷ Sublinha-se que esse movimento foi de cunho mundial, dada a formação de blocos regionais na Europa, Ásia e América do Norte, por exemplo.

integração em suas várias dimensões se convertesse em desenvolvimento dos países e em redução das assimetrias entre eles, evidenciando uma mudança das experiências de “Regionalismo aberto” dos anos 1990. (VEIGA e RIOS, 2007, p. 25-26).

Em 2005, a assimetria das relações comerciais entre o Brasil e a América do Sul atingiu seu ponto máximo. Até 2008 as exportações brasileiras subiram em proporção menor do que as importações originadas na América do Sul, o que causou a redução da assimetria. Parte dessa ampliação do fluxo comercial foi fruto do boom das commodities, adicionada a políticas dos governos sul-americanos, como a criação da Comunidade de Nações Sul-americanas (CASA), em 2004, transformada em União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008 (SEVERO & FERES, 2018). É importantíssimo sublinhar que as exportações brasileiras de bens manufaturados são distribuídas essencialmente para a região e estão concentradas nos Capítulos 87, 85 e 84 (somando 25,5%). O SH2 87 inclui veículos, automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios. Já o SH2 85 é a representação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios. O SH2 84 engloba reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes (produtos linha branca).

Já a deformação do gráfico causada pela crise, entre 2008 e 2009, gerou outro movimento. Apesar da queda da corrente comercial, as exportações brasileiras para América do Sul diminuíram mais do que as importações devido situação econômica mundial. Ou seja, a assimetria continuou caindo, mas fruto de um comércio com menos densidade. A saída da crise não se deu de forma homogênea para os países sul-americanos. O leve crescimento da assimetria entre 2010 e 2011 pode ser considerado como um “espasmo” da recessão e deve-se, em grande medida, à recuperação mais veloz do Brasil, graças ao aumento da demanda chinesa pela soja brasileira e às políticas expansionistas do presidente do Lula. Já em 2013, a América do Sul chegou a acumular 57,06% das exportações brasileiras de produtos manufaturados; sendo 37% destinados só para a Argentina. Desse modo, apesar de grande parte do superávit brasileiro ser garantido

pela venda de commodities, o setor industrial ganhou peso com a ampliação do comércio com a região⁸.

No segundo momento, entre 2014-2017, a queda da corrente comercial foi consequência, essencialmente, do desdobramento da crise econômica da América do Sul, com um cenário de fuga de capitais, queda das bolsas e desvalorização das moedas locais em relação ao dólar. Ou seja, uma situação impulsionada, principalmente, pela queda do preço das commodities combinada com políticas macroeconômicas restritivas. Não parece correto afirmar que tenha havido uma política de afastamento das agendas sul-americanas. Já o crescimento das assimetrias se deu devido à diminuição das importações brasileiras muito mais intenso do que a queda das exportações.

A América do Sul, durante esse período passou por grandes mudanças políticas. No Paraguai, o presidente Fernando Lugo sofreu um golpe de Estado constitucional, em 2012; na Venezuela, o presidente Hugo Chávez faleceu, em 2013; na Argentina, terminou o mandato da presidenta Cristina Kirchner e o seu candidato a sucessor perdeu as eleições, em 2015; e, por fim, a saída do presidente Tabaré Vázquez, no Uruguai, com a derrota da Frente Ampla, em 2019. No caso brasileiro, de maneira bastante resumida, houve um paulatino afastamento das agendas do desenvolvimento e da integração. Somado à isso, aprofundou-se a crise econômica e política depois do golpe institucional de 2015, via processo de impeachment. Na sequência, houve troca de presidentes e novas eleições.

O denominado terceiro e atual estágio começou em meados de 2018 e foi aprofundado durante 2019. A mudança de panorama surgiu com o êxito de Bolsonaro e a posterior vitória do argentino Alberto Fernández. Os desdobramentos para o comércio são desastrosos. Nesse período, houve uma queda na assimetria impulsionada pela diminuição das exportações a um ritmo maior do que a redução das importações. Os níveis das compras brasileiras, que pode-se dizer “mínima”, despencou para os patamares de 2007. Já a diminuição das vendas brasileiras poderia ter sido causada pela retração da economia nacional e pela diminuição da produção (CEPAL, 2020, p. 2). Apesar do

⁸ Sem embargo, há forte concentração da integração produtiva em um único setor e marcado controle de Empresas Multinacionais sobre grande parte da produção destes bens. Entre as principais empresas estabelecidas no Brasil que mais realizaram exportações para a Argentina estão: Volkswagen, Toyota, Fiat, General Motors, Ford, Peugeot-Citroen, Honda, Scania e Iveco. No caso das empresas estabelecidas na Argentina que vendem para o Brasil estão: Toyota, Volkswagen, Ford, Peugeot-Citroen, Renault, Fiat e Mercedes-Benz. Em resumo, trata-se basicamente de um comércio articulado intra-firma. (SEVERO & FERES, 2018).

movimento ser similar ao que ocorreu na crise de 2008 (com redução da assimetria e diminuição da corrente comercial), o declínio de 2019 foi acompanhado por uma forte política de afastamento do Brasil da América do Sul, contrariando as próprias diretrizes da Constituição de 1988⁹. Em 2019, as exportações dos capítulos SH2 84, SH2 85 e SH2 87 para o mundo caíram 23,5%. A queda para a América do Sul foi de 40%. O baque foi ainda maior no caso argentino, com a diminuição de 57%.

Já nos quatro primeiros meses de 2020, as exportações totais brasileiras caíram 21,4%. O cenário piorou, principalmente, no mês de abril, quando houve queda de 46,8% em relação ao mesmo período de 2019 (COMEX STAT, 2020). Grande parte dessa redução deveu-se à indústria automobilística. De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2020), a queda da produção de carros é a maior da história da indústria, desde 1957. Em março, a produção já havia recuado 21,1%. Com a paralisação, no mês de abril, de 63 das 65 empresas instaladas no Brasil, a redução foi de 99%.

Tratou-se de estipular uma projeção do comércio do Brasil com a região para o restante de 2020. Para tanto, foi calculada a média do peso das exportações e das importações durante o primeiro quadrimestre dos últimos 15 anos. Igualmente foi quantificada a média do peso dos primeiros quatro meses do ano para três períodos: 2005 a 2019, 2010 a 2019 e 2015 a 2019¹⁰. Levando em conta a pequena variação entre os valores, decidiu-se arbitrariamente utilizar as médias entre 2010-2019. Dessa forma, caso se mantivesse o mesmo padrão observado nos últimos 10 anos, cenário que dificilmente acontecerá, o comércio entre o Brasil e a região tenderia a cair ainda mais até o final de 2020, conforme demonstra o gráfico.

Considerações finais

O presente trabalho buscou interpretar as relações diplomáticas e comerciais do Brasil com o mundo entre 2003-2020. Desde o início do governo Bolsonaro houve uma

⁹ “Art. 4º [...] Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

¹⁰ Em relação às exportações do Brasil, as médias de 2005-2019 foram de 29,8%; de 2010-2019 de 30,6% e, por fim, de 2015-2019 de 31,87%. Já a média das importações nas últimas décadas, entre janeiro e fevereiro, foram de 2005-2019 de 30,86%; 2010-2019 de 31,84% e de 2015-2019 de 32,27%.

guinada na agenda externa brasileira, que buscou priorizar os Estados Unidos e a União Européia como sócios comerciais. O resultado, no entanto, têm sido déficits crescentes com Washington e redução do comércio com o bloco europeu. As políticas de abertura econômica e as tentativas do Itamaraty de avançar com os Tratados de Livre Comércio, combinadas com a perspectiva de crise profunda, derivada desdobramentos do avanço da Covid-19, forçam o redirecionamento das parcerias prioritárias se o país quiser ter alguma condição de responder à crise.

A ideia de integração regional na América do Sul é central para um processo de contestação periférica. O cenário político de alinhamento com os Estados Unidos compromete o desenvolvimento e as estratégias de inserção internacional autônoma da região. Os processos de integração regional são complexos, não-lineares e repletos de reviravoltas. Sem embargo, é certo afirmar que a demanda sul-americana pelas exportações brasileiras têm ampliado a produção dos seus de bens manufaturados nas últimas duas décadas.

No enfrentamento à pandemia, a inexistência de uma vacina exige políticas coordenadas para contenção da propagação do vírus, o oposto do que o Brasil tem feito. A quarentena também acaba paralisando grande parte da atividade econômica, como vem acontecendo com o setor automobilístico. Portanto, o cenário pede o cuidado imediato, por parte do governo, com os setores industriais. Isto significa o abandono das políticas neoliberais.

Por outro lado, uma mudança de rumo da diplomacia brasileira com relação à China também é urgente. Por mais que haja superávits do Brasil, o constante “vai e vem” por parte do Itamaraty atrasa a possibilidade de negociar de forma mais equitativa com o país asiático. A dependência cada vez maior das exportações de produtos primários, principalmente da soja, potencializada pelo novo coronavírus, não pode ser vista como uma possível saída bem sucedida da crise. Torna-se necessário um recomeço da trajetória dos anseios brasileiros e uma ruptura da visão unilateralista.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ernesto. (2020). Exposição do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Ernesto Araújo, em Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

A Reconstrução da Política Externa Brasileira. Folha de São Paulo, São Paulo, 5 de maio de 2020. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/05/a-reconstrucao-da-politica-externa-brasileira.shtml>>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

BUARQUE, Daniel. (2020). Aderir a discurso anti-China na pandemia põe Brasil em posição vulnerável, veem analistas. BBC News, São Paulo, 6 de maio de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/05/06/aderir-a-discurso-anti-china-na-andemia-poe-o-brasil-em-posicao-vulneravel-veem-analistas.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 7 de maio de 2020.

Caminho da Prosperidade: Proposta de Plano de Governo. Disponível em : <https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2020.

CEPAL. (2020). Dimensionar los efectos del COVID-19 para pensar en la reactivación. Informe especial COVID-19 N° 2.

China chama comentário de Weintraub de 'fortemente racista' e aponta 'influência negativa' em relação com Brasil. O Globo, Rio de Janeiro, 6 de abr. de 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/mundo/china-chama-comentario-de-weintraub-de-fortemente-racista-aponta-influencia-negativa-em-relacao-com-brasil-1-24353469>>.

Acesso em: 10 de maio de 2020.

DIAS, Marina. (2019). Na OEA, Brasil apoia Guaidó para ativar tratado que pode autorizar ação militar na Venezuela. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/na-oea-brasil-apoia-guaido-para-ativar-tratado-de-defesa-mutua-no-contidente.shtml>>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (2008). O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana. Temas & Matizes – nº 14 – Segundo semestre.

MEGALE, Bela. (2020). Em reunião citada por Moro, Ernesto Araújo criticou China e culpou país pelo “comunavírus”. O Globo, Rio de Janeiro, 10 de maio de 2020. Disponível em: <<https://blogs.oglobo.globo.com/bela-megale/post/em-reuniao-citada-por-moro-ernesto-araujo-criticou-china-e-culpou-pais-pelo-comunavirus.html>>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

SAMURIO, Sofia Escobar ; BARROS, Pedro Silva ; SEVERO, Luciano Wexell. (2019). Oikos , v. 18, p. 38-54.

SEVERO, Luciano Wexell; FERES, Carla Paulino da Costa. (2019). Integração Comercial e Produtiva entre o Brasil e a Argentina. Anais do III Encontro de Economia

Política Internacional do Programa de Pós Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. (2006). Declaração de Lula da Silva na Reunião de Cúpula de Córdoba.

TOOGE, Ricardy. (2020). Brasil deve colher safra recorde de grãos mesmo com pandemia do coronavírus, diz Conab. G1, Rio de Janeiro, 9 de abr de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/04/09/brasil-deve-colher-safra-recorde-de-graos-mesmo-com-pandemia-do-coronavirus-diz-conab.ghtml>>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

VEIGA, Pedro da Motta & RÍOS, Sandra Polónia (2007). O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. CEPAL – SERIE Comercio internacional, nº 82.